Grupo VAMOS

Demonstrações financeiras combinadas *carve-out* em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* **1**

Balanços patrimoniais combinados *carve-out* **11**

Demonstrações de resultados combinadas *carve-out* **12**

Demonstrações de resultados abrangentes combinadas *carve-out* **13**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora **14**

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas *carve-out* – Método indireto **15**

Demonstrações do valor adicionado combinadas *carve-out* **16**

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

1. Contexto operacional **17**
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas **27**
3. Novas normas que ainda não entraram em vigor **39**
4. Informações por segmento **42**
5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos **44**
6. Caixa e equivalentes de caixa **50**
7. Títulos e valores mobiliários **51**
8. Contas a receber **51**
9. Estoques **52**
10. Tributos a recuperar **53**
11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar **53**
12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda **53**
13. Fundos para capitalização de concessionárias **54**
14. Imobilizado **55**
15 Intangível **56**
16. Fornecedores **58**
17. *Floor plan* **59**
18. Risco sacado a pagar – montadoras **59**
19. Empréstimos e financiamentos **60**
20. Arrendamentos financeiros a pagar **63**
21. Transações com partes relacionadas **65**
22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas **68**

23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido **68**
24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas **70**
25. Cessão de direitos creditórios **72**
26. Patrimônio líquido e investimento da controladora **72**
27. Cobertura de seguros **75**
28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços **76**
29. Gastos por natureza **77**
30. Resultado financeiro **78**
31. Arrendamento operacional **78**
32. Lucro por ação **79**
33. Informações suplementares do fluxo de caixa **79**
34. Eventos subsequentes **80**

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Grupo Vamos

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* relativas ao segmento de "locação de veículos, máquinas e equipamentos de pesados", que incluem as empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., Borgato Máquinas S.A., Borgato Caminhões S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e as informações financeiras *carve-out* advindas da JSL S.A., da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Grupo Vamos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada *carve-out* do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho combinado *carve-out* de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados *carve-out* para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*". Somos independentes em relação ao Grupo Vamos de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1.2 e 2.3 às demonstrações financeiras que descrevem a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, custos e despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo Vamos tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos e caixa do Grupo Vamos e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Avaliação do valor recuperável dos ágios sobre combinações de negócios e dos fundos de comércio	
Veja as Notas 2.11 e 15 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de "intangíveis", no total de R$ 128.491 mil. Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e dos fundos de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. O Grupo Vamos avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, em especial a revisão pela Administração dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e dos fundos de comércio por meio dos fluxos de caixa descontados por unidades geradoras de caixa, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas; – Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas do Grupo Vamos com os dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, alteramos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, bem como as premissas e julgamentos utilizados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja as Notas 2.12 e 23 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
O Grupo Vamos possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R$ 35.424 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeção realizada sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo Vamos utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado na projeção de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionado à determinação da projeção de geração de lucros tributáveis futuros, em especial a revisão, pela Administração, dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento, inflação e comparação com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado da controlada Transrio. Adicionalmente, foi feita a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e julgamentos significativos adotados na projeção de lucros tributáveis futuros é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	
Veja as Notas 2.14 e 28 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos possui na rubrica de receita de vendas o montante de R$ 674.756 mil, decorrente, substancialmente, de locação, venda de veículos e peças e prestação de serviços. Além disso, no curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que o Grupo Vamos transfere substancialmente ao cliente os riscos e benefícios dos serviços e/ou dos ativos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância dos montantes envolvidos, à necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que o Grupo Vamos deixa de manter envolvimento na gestão do ativo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos, em especial à identificação do momento em que o Grupo Vamos transfere substancialmente ao cliente os riscos e benefícios dos serviços prestados e/ou dos ativos vendidos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo; – Testamos em base de amostragem os critérios para reconhecimento contábil da receita de vendas e prestação de serviços e realizamos testes documentais, bem como avaliamos se a contabilização da receita foi efetuada de forma apropriada dentro dos respectivos períodos de competência; – Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2018, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido aos resultados obtidos a partir da análise do ambiente de controles internos, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação da receita líquida, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita do Grupo Vamos relativo à venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Vida útil econômica e estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação	
Veja as Notas 2.9 e 14 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possui na rubrica de imobilizado o montante de R$ 1.197.274 mil relativo a veículos, máquinas e equipamentos. O Grupo Vamos revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Em função da relevância, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave no processo de elaboração das premissas significativas relacionadas à determinação da vida útil econômica e do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação ("ativos"); – Avaliação dos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo Vamos e consideração sobre as premissas significativas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos ativos e seu valor residual atribuído, tais como o período esperado e o valor projetado de venda; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando também o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de elaboração das premissas significativas para a determinação da vida útil econômica e valores residuais dos veículos, máquinas e equipamentos destinados à locação é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Valor justo proveniente da combinação de negócios na aquisição de controle das Sociedades Borgato	
Veja as Notas 1.3.c, 2.11 e 15 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia adquiriu 100% do capital da Borgato Maquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). A Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, os valores justos dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, no montante de R$ 224.116 mil, bem como mensurou e reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura, apurado na combinação de negócios, no valor de R$ 82.959 mil. As estimativas na determinação do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e das respectivas divulgações envolvem julgamentos significativos. Devido à relevância dos valores, à complexidade, grau de julgamento das premissas e metodologia utilizadas nas referidas mensurações e do impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos contratos relacionados à combinação de negócios, da documentação suporte da transação e da razoabilidade das principais premissas e metodologia utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, com base em nosso conhecimento sobre o Grupo Vamos e indústria em que opera, bem como a comparação com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo; e – Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais relativos à apresentação e divulgação da combinação de negócios, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e da metodologia do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e a divulgação da combinação de negócios, é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Julgamento na identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*	
Veja a Nota 1.2 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* consideram os lançamentos contábeis *carve-out* relacionados, entre outras, com a alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas da JSL S.A. ("Grupo JSL") que foram considerados pelo Grupo Vamos no processo de elaboração dessas demonstrações financeiras. O registro dos efeitos do *carve-out* requer um controle minucioso para identificar os resultados das transações e saldos patrimoniais a serem considerados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Devido à relevância desse processo, a necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a serem reconhecidos e ao julgamento envolvido, os quais podem afetar os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Verificação da documentação e atos societários da alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas do Grupo JSL e que foram transferidos para o Grupo Vamos; – Verificação das premissas e fontes de informações utilizadas para capturar os saldos e transações de *carve-out* refletidos nas demonstrações financeiras; – Em base amostral, avaliamos a adequação dos critérios para reconhecimento contábil dos resultados advindos do *carve-out* e realizamos testes documentais para comprovar se a contabilização dessas transações foi efetuada apropriadamente e no período de competência; e – Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Grupo Vamos, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do Grupo Vamos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Vamos em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar as Empresas do Grupo Vamos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Vamos.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Vamos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Vamos a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

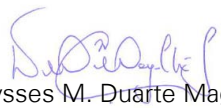
– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Grupo VAMOS

Balanços patrimoniais combinados c*arve-out*

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				**Passivo**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	6	83.311	34.220	Fornecedores	16	99.439	78.844
Títulos e valores mobiliários	7	87.042	61.406	*Floor plan*	17	38.333	53.539
Contas a receber	8	154.080	108.958	Risco sacado a pagar - montadoras	18	2.860	-
Estoques	9	85.130	39.580	Empréstimos e financiamentos	19	227.043	127.831
Tributos a recuperar	10	8.223	3.063	Arrendamentos financeiros a pagar	20	14.337	7.469
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	13.924	7.389	Partes relacionadas	21.1	43	3
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	12	35.319	21.459	Cessão de direitos creditórios	25	6.043	-
Despesas antecipadas		3.878	365	Obrigações trabalhistas		9.292	5.601
Adiantamentos a terceiros		8.976	4.353	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.935	-
Outros créditos		5.837	1.913	Tributos a recolher		7.560	8.164
		485.720	**282.706**	Adiantamentos de clientes		15.512	18.946
Não circulante				Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	26.3.a	18.446	-
Realizável a longo prazo				Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	57.314	-
Títulos e valores mobiliários	7	4.378	-	Outras contas a pagar		3.578	5.953
Contas a receber	8	20.886	-			**501.735**	**306.350**
Fundos para capitalização de concessionárias	13	19.935	33.000	**Não circulante**			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	23.953	16.367				
Depósitos judiciais	24.1	3.198	1.870	Fornecedores	16	4.325	-
Outros créditos		2.247	256	Empréstimos e financiamentos	19	571.732	498.203
		74.597	**51.493**	Arrendamentos financeiros a pagar	20	14.867	12.457
				Cessão de direitos creditórios	25	24.171	-
Imobilizado	14	1.250.379	910.199	Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.2	2.883	1.272
Intangível	15	168.507	42.211	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	104.337	30.676
		1.493.483	**1.003.903**	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	45.833	-
						768.148	**542.608**
				Total do passivo		**1.269.883**	**848.958**
				Patrimônio líquido e investimento da controladora			
				Capital social	26.1	499.864	303.669
				Reserva de capital	26.2	23.639	186
				Reservas de lucros		104.829	14.354
				Investimento da controladora		80.988	111.982
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.460
				Total do patrimônio líquido e investimento da controladora		**709.320**	**437.651**
Total do ativo		**1.979.203**	**1.286.609**	**Total do passivo, patrimônio líquido e investimento da controladora**		**1.979.203**	**1.286.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	28	**674.756**	**628.980**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	29	(327.114)	(336.043)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(67.903)	(47.618)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		**(395.017)**	**(383.661)**
(=) Lucro bruto		**279.739**	**245.319**
Despesas comerciais	29	(15.951)	(15.126)
Despesas administrativas	29	(90.611)	(76.084)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	7.773	1.927
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**180.950**	**156.036**
Receitas financeiras	30	12.032	13.605
Despesas financeiras	30	(57.253)	(49.523)
(=) Resultado financeiro líquido		**(45.221)**	**(35.918)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**135.729**	**120.118**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.2	(21.191)	(23.558)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23.2	(21.954)	(18.685)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social		**(43.145)**	**(42.243)**
(=) Lucro líquido do exercício		**92.584**	**77.875**
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	32	0,57925	1,54951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	**92.584**	**77.875**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**92.584**	**77.875**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Grupo VAMOS
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Investimento da controladora	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e investimento da controladora total
		Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Lucros retidos	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)		**103.040**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.055)**	**237.854**	**78.857**	**401.696**
Integralização de capital	26.1(i)	78.847	-	-	-	-	-	-	(78.847)	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.1(i)	-	-	-	-	-	-	-	7.450	**7.450**
Transações com pagamento baseados em ações	26.2.a	-	186	-	-	-	-	-	-	**186**
Incorporação JP Tecnolimp	26.1(ii)	1.600	-	-	-	403	-	-	-	**2.003**
Cisão Movida GTF	26.1 (ii)	15.330	-	-	-	-	-	(15.330)	-	**-**
Aumento de capital com bens	26.1 (iii)	104.852	-	-	-	-	-	(104.852)	-	**-**
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	(51.559)	-	**(51.559)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	32.006	45.869	-	**77.875**
Retenção de lucros		-	-	-	-	13.951	(13.951)	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**303.669**	**186**	**-**	**-**	**14.354**	**-**	**111.982**	**7.460**	**437.651**
Transferência de investimentos da controladora	26.1(vii)	(181.885)	-	-	-	24.074	-	-	-	**(157.811)**
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1(viii)	(4.507)	-	-	-	4.507	-	-	-	**-**
Aumento de capital com investimentos da controladora	26.1(vii)	157.811	-	-	-	-	-	-	-	**157.811**
Rerratificação de ato societário para aumento de capital	26.1(iv)	15.976	-	-	-	-	-	-	-	**15.976**
Aumento de capital	26.1(i)	7.460	-	-	-	-	-	-	(7.460)	**-**
Transações com pagamento baseados em ações	26.2.a	-	679	-	-	121	-	-	-	**800**
Aumento de capital com emissão de novas ações	26.1(v e vi)	201.340	-	-	-	-	-	-	-	**201.340**
Ágio na subscrição de ações	26.2.b	-	-	22.774	-	-	-	-	-	**22.774**
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	(42.641)	-	**(42.641)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.937	11.647	-	**92.584**
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	4.035	-	(4.035)	-	-	**-**
Retenção de lucros		-	-	-	-	57.738	(57.738)	-	-	**-**
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3.a	-	-	-	-	-	(6.422)	-	-	**(6.422)**
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	26.3.a	-	-	-	-	-	(12.742)	-	-	**(12.742)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**499.864**	**865**	**22.774**	**4.035**	**100.794**	**-**	**80.988**	**-**	**709.320**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Grupo VAMOS
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas *carve-out* – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**135.729**	**120.118**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização (notas 14 e 15)	124.043	116.439
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 12)	67.903	47.618
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24.2)	1.110	643
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota 8.1)	25.470	20.111
Baixa de outros ativos imobilizados (nota 14)	5.635	1.508
Baixa de intangível (nota 15)	-	124
Impairment do ágio (nota 15)	-	9.143
Reversão para perdas em estoques (nota 9)	(86)	(761)
Remuneração com base em ações (nota 26.2.a)	679	186
Créditos de impostos extemporâneos (nota 29)	(2.489)	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e arrendamentos financeiros (nota 30)	57.148	48.410
	415.142	**363.539**
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(42.213)	(35.345)
Estoques	3.266	38.000
Tributos a recuperar	5.210	934
Fornecedores	(41.603)	17.032
Floor plan	(15.206)	(4.713)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	(3.330)	(1.796)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	62.466	7.835
Variações no capital circulante líquido operacional	**(31.410)**	**21.947**
	383.732	**385.486**
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(30.014)	(61.406)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.791)	(23.558)
Juros pagos sobre risco sacado – montadoras, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(61.335)	(43.260)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(102.684)	(133.720)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**163.908**	**123.542**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Incorporação do caixa de empresa adquirida	34.953	-
Caixa liquido decorrente de cisão	-	1.773
Compra de ativo imobilizado	(3.466)	(11.309)
Adições ao intangível	(102)	(23)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	**31.385**	**(9.559)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Devolução do investimento da controladora	(42.641)	(51.559)
Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	20.878	23.448
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(257.798)	(82.479)
Recebimento de cessão de direitos creditórios	30.214	-
Pagamento pela aquisição de empresa	(10.056)	-
Aumento de capital social (nota 26.1 (v))	113.201	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.450
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(146.202)**	**(103.140)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**49.091**	**10.843**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	34.220	23.377
No final do exercício	83.311	34.220
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**49.091**	**10.843**
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(120.728)	(153.477)
Incorporação do imobilizado de empresa adquirida (JP Tecnolimp) (nota 1.3.a)	-	(354)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Vendas, locação e prestação de serviços	28	762.050	724.072
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	29	(25.470)	(20.111)
Outras receitas operacionais	29	11.148	6.813
		747.728	**710.774**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços		(279.897)	(267.588)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(24.093)	(22.697)
		(303.990)	**(290.285)**
Valor adicionado bruto		**443.738**	**420.489**
Retenções			
Depreciação e amortização	29	(124.043)	(116.439)
Impairment do ágio	29	-	(9.143)
Valor adicionado líquido produzido pelo Grupo VAMOS		**319.695**	**294.907**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	30	12.032	13.605
		12.032	**13.605**
Valor adicionado total a distribuir		**331.727**	**308.512**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	29	52.199	43.814
Federais		75.801	71.376
Estaduais		14.336	10.593
Municipais		4.321	1.100
Juros e despesas bancárias	30	57.253	49.523
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	29	27.540	48.528
Aluguéis de imóveis	29	7.693	5.703
Lucros retidos do exercício		92.584	77.875
		331.727	**308.512**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia"), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em 29 de setembro de 2015, e em conjunto com as entidades controladas descritas na nota explicativa 1.1 e atividades *carve-out*, denominadas "Grupo Vamos" ou "Grupo" atuam nos negócios de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, gestão de frotas, comercialização e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos e prestação de serviços de mecânica e funilaria. A Vamos é controlada pela JSL S.A. ("JSL"), que possuía 91% de suas ações em 31 de dezembro de 2017, passando para 99,99% em junho de 2018 como divulgado na nota explicativa 34 a.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	% Participação 31/12/2017
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	99,99
Borgato Caminhões S.A. (d)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99
Borgato Máquinas S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. ("JSL Holding")

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Holding não possui filiais e é a controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada. Em 31 de dezembro de 2018, essa participação foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda. (controlada direta pela JSL), que passou a ser sua controladora direta, conforme divulgado na nota explicativa 34.d.

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("JSL Leasing")

A JSL Leasing é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, localizada na Alameda Xingu, 350, Alphaville Industrial cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

Em 31 de dezembro de 2018, essa participação junto com da sua controladora (JSL Holding) foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda., que passou a ser sua controladora indireta, conforme divulgado na nota explicativa 34.d.

d) Borgato Caminhões S.A. ("Borgato Caminhões")

A Borgato Caminhões, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 303, sentido Norte, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Borgato Caminhões possui três filiais situadas no Estado de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.c.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos, conforme divulgado na nota explicativa 34.c.

e) Borgato Máquinas S.A. ("Borgato Máquinas")

A Borgato Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Borgato Maquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.c.

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. ("Borgato Serviços")

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de

serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.c.

1.2 Demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde de 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A.). Para as operações que ainda não foram transferidas da JSL S.A. para o Grupo Vamos, a realização financeira ocorreu diretamente na entidade de origem e para fins de fluxo de caixa estas movimentações financeiras estão consideradas na rubrica de devolução do investimento da controladora.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro de 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A., conforme nota explicativa 34.d.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem receitas, custos, bem como os ativos e passivos diretamente atribuíveis ao negócio do Grupo Vamos. Contudo, os valores reconhecidos pelo Grupo Vamos não são necessariamente representativos dos valores que teriam sido refletidos nas demonstrações financeiras caso a Companhia operasse independentemente dessas partes relacionadas. Assim, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e as informações divulgadas não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas nos quadros abaixo:

	31 de dezembro de 2017				
Empresas (i)	**Ativos**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Custos, despesas e impostos**	**Lucros (prejuízos) líquidos**
Vamos - demonstrações individuais	1.469.653	694.165	374.344	(293.652)	80.692
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (*carve-out*) (ii)	101.713	80.988	70.181	(58.534)	11.647
Eliminações - demonstrações consolidadas (iii)	(258.919)	-	-	1.852	1.852
Eliminação JSL Holding (*carve-out)* (v)	(65.833)	(65.833)	-	(1.068)	(1.068)
Eliminações entre partes relacionadas	-	-	(638)	342	(296)
Total Vamos + *carve-out*	**1.246.614**	**709.320**	**443.887**	**(351.060)**	**92.827**
Transrio - demonstrações individuais (iii)	244.157	152.920	231.211	(231.750)	(539)
Eliminações - demonstrações consolidadas (iii)	-	(152.920)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(1.025)	-	(342)	638	296
Total Transrio	**243.132**	**-**	**230.869**	**(231.112)**	**(243)**
Borgato Caminhões - demonstrações individuais	34.739	5.329	-	-	-
Borgato Máquinas - demonstrações individuais	408.127	84.008	-	-	-
Borgato Serviços - demonstrações individuais	61.341	16.662	-	-	-
Eliminações - demonstrações consolidadas (iii)	(14.750)	(105.999)	-	-	-
Total Sociedades Borgato (iv)	**489.457**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total combinado, *carve-out*	**1.979.203**	**709.320**	**674.756**	**(582.172)**	**92.584**

	31 de dezembro de 2016				
Empresas	**Ativos**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Custos, despesas e impostos**	**Lucros (prejuízos) líquidos**
Vamos - demonstrações individuais	851.235	172.610	207.508	(164.770)	42.738
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (*carve-out*) (ii)	174.802	111.982	210.405	(164.536)	45.869
Eliminações entre partes relacionadas	(44)	-	-	-	-
Total Vamos + *carve-out*	**1.025.993**	**284.592**	**417.913**	**(329.306)**	**88.607**
Transrio - demonstrações individuais	260.616	153.059	211.067	(221.799)	(10.732)
Total Transrio	**260.616**	**153.059**	**211.067**	**(221.799)**	**(10.732)**
Total combinado *carve-out*	**1.286.609**	**437.651**	**628.980**	**(551.105)**	**77.875**

(i) Em 31 de outubro de 2017 a Vamos passou a ser a controladora da Transrio e, conforme divulgado no item (iv), em 22 de dezembro de 2017 passou a ser a controladora das Sociedades Borgato;

(ii) Os saldos de c*arve-out* foram baseados nos registros contábeis de centros de custo relacionados às operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em outras empresas interligadas ao Grupo JSL. Assim, substancialmente, foram considerados os ativos imobilizados, as despesas de depreciação e os financiamentos atrelados à tais imobilizados, as despesas financeiras relativas aos financiamentos, as receitas e os custos de locação dos ativos imobilizados. Adicionalmente, conforme apresentado acima, o imposto de renda e a contribuição social do *carve-out* foram calculados considerando as mesmas bases mencionadas na nota explicativa 2.12;

(iii) Estas rubricas representam as eliminações decorrentes do processo de consolidação das controladas da Vamos, ou seja, eliminação do investimento da Vamos em contrapartida do patrimônio líquido das controladas e respectivos resultados. Adicionalmente, o prejuízo registrado para a Transrio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 539 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o prejuízo foi de R$ 1.852, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos;

(iv) Conforme divulgado na nota explicativa 1.3.c, as Sociedades Borgato foram adquiridas em 22 de dezembro de 2017 e foi apurado que o resultado do período compreendido entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2017 não era relevante para ser combinado e apresentado nestas demonstrações financeiras; e

(v) O lucro líquido do exercício registrado para a JSL Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 4.507 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o lucro líquido foi de R$ 1.068, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos.

Os valores derivados do *carve-out* das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos foram incorporados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* nas seguintes rubricas:

Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Contas a receber	21.849	38.844
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	6.258	13.082
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.599	4.987
Outros ativos	88	84
Imobilizado	60.919	117.805
Total do ativo	**101.713**	**174.802**
Passivo		
Fornecedores	730	887
Empréstimos e financiamentos	14.843	53.308
Arrendamentos financeiros a pagar	649	2.419
Tributos a recolher	2.420	2.743
Outras contas a pagar	2.083	3.463
Total do passivo	**20.725**	**62.820**
Investimento da controladora	80.988	111.982
Total do passivo e investimento da controladora	**101.713**	**174.802**

	31/12/2017	**31/12/2016**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**70.181**	**210.405**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(6.529)	(76.588)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(36.412)	(28.300)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestações de serviços e de vendas de ativos desmobilizados	**(42.941)**	**(104.888)**
(=) Lucro bruto	**27.240**	**105.517**
Despesas administrativas	(10.405)	(17.880)
Outras receitas operacionais, líquidas	531	(3.730)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**17.366**	**83.907**
Receitas financeiras	1.139	6.959
Despesas financeiras	-	(21.438)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**18.505**	**69.428**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(14.721)	(23.559)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	7.863	-
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	**(6.858)**	**(23.559)**
(=) Lucro líquido do exercício	**11.647**	**45.869**

Os valores não combinados das operações da JSL Holding nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão demonstrados a seguir:

Ativo	**31/12/2017**
Caixa e equivalentes de caixa	33.737
Títulos e valores mobiliários	17.036
Contas a receber	74.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.708
Imobilizado	2.024
Intangível	3.744
Outros ativos	887
Total do ativo	**133.569**
Passivo	
Fornecedores	221
Cartões de credito a pagar	42.586
Letras de arrendamento mercantil	16.020
Obrigações trabalhistas	589
Tributos a recolher	947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	825
Outras contas a pagar	6.548
Total do passivo	**67.736**
Patrimônio líquido	65.833
Total do passivo e patrimônio líquido	**133.569**

A base de combinação descrita na nota explicativa 2.3, também, foi aplicada as demonstrações combinadas *carve-out*.

1.3 Movimentações societárias

Em agosto de 2016 a Companhia concluiu as operações abaixo, para transferir as operações de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

a) Incorporação JP Tecnolimp S.A.

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de caminhões, a Vamos, incorporou a empresa JP Tecnolimp S.A. (“JP Tecnolimp”), anteriormente controlada pela JSL S.A., pelo valor contábil, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios:

	Balanço data base 31/08/2016		
Ativo	**JP Tecnolimp**	**Vamos**	**Após incorporação**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.427	5.502	6.929
Tributos a recuperar	482	376	858
Despesas antecipadas	12	1.404	1.416
Outros ativos circulantes	-	52.978	52.978
Total do ativo circulante	**1.921**	**60.260**	**62.181**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	156	-	156
Outros ativos não circulantes	-	419	419
Imobilizado	354	565.296	565.650
Total do ativo não circulante	**510**	**565.715**	**566.225**
Total do ativo	**2.431**	**625.975**	**628.406**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	63	85.008	85.071
Outros passivos circulantes	-	114.754	114.754
Total do passivo circulante	**63**	**199.762**	**199.825**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	342	319.770	320.112
Provisão para demandas judiciais e administrativas	23	-	23
Outros passivos não circulantes	-	41.821	41.821
Total do passivo não circulante	**365**	**361.591**	**361.956**
Patrimônio líquido			
Capital	1.600	38.673	40.273
Lucros acumulados	403	18.489	18.892
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.460	7.460
Total do patrimônio liquido	**2.003**	**64.622**	**66.625**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.431**	**625.975**	**628.406**

b) Cisão da Movida GTF

Em 31 de agosto de 2016, foi aprovado em assembleia geral extraordinária da controladora JSL S.A., a cisão parcial da sua controlada, Movida GTF, pelo valor contábil, com a absorção da parcela cindida pela JSL S.A, de parte de sua participação na Movida GTF no montante de R$ 29.925.

A JSL S.A. de posse dos ativos incorporados através do processo de cisão, efetuou aumento de capital no montante de R$ 15.330 por meio de parte dos ativos cindidos na Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Balanço cindido, data base 31/08/2016		
	Empresa origem	Empresas de destino	
	Movida GTF	JSL S. A.	Vamos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	355	9	346
Contas a receber	4.980	157	4.823
Ativo imobilizado disponibilizados para venda	238	238	-
Despesas antecipadas	415	203	212
Total do ativo circulante	**5.988**	**607**	**5.381**
Imobilizado líquido	123.670	19.760	103.910
Total do ativo não circulante	**123.670**	**19.760**	**103.910**
Total do ativo	**129.658**	**20.367**	**109.291**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	343	123	220
Empréstimos e financiamentos	17.035	190	16.845
Arrendamentos financeiros a pagar	3.923	2.467	1.456
Contas a pagar e adiantamentos	419	6	413
Partes relacionadas	854	(540)	1.394
Total do passivo circulante	**22.574**	**2.246**	**20.328**
Empréstimos e financiamentos	65.167	1.265	63.902
Arrendamentos financeiros a pagar	646	234	412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.636	-	8.636
Provisões tributárias	2.710	2.027	683
Total do passivo não circulante	**77.159**	**3.526**	**73.633**
Patrimônio líquido			
Capital social	29.925	14.595	15.330
Total do patrimônio liquido	**29.925**	**14.595**	**15.330**
Total do passivo e patrimônio líquido	**129.658**	**20.367**	**109.291**

A incorporação da parcela cindida da Movida GTF está suportado por laudo de avaliação do acervo patrimonial líquido apurado por meio dos livros contábeis.

O objetivo dessa reestruturação foi unificar as operações de locação e gestão de frota de caminhões, máquinas e equipamentos na Vamos.

c) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas, Borgato Serviços, Borgato Caminhões (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com o seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Depósito em garantia ("*Escrow")* (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**224.116**

(i) O montante de R$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências ("*Escrow*") e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas";

(ii) O referido valor está registrado em "Outras contas a pagar" a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI; e

(iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na projeção e fluxos de caixa descontados de um período de cinco anos, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 26.1 (vi).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	**488.092**	**35.158**	**523.250**
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949
Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	**382.093**	**-**	**382.093**
Total do ativo líquido			**141.157**
Valor justo da contraprestação paga			**224.116**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**82.959**

O ajuste a valor justo no montante de R$ 35.158 é composto por R$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado menos ativo imobilizado disponibilizado para venda e R$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* gerado na operação é de R$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado do Grupo Vamos pois, como mencionado na nota explicativa 1.2 (iv), a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas combinadas *carve-out* para este ano seriam aumentadas em R$ 258.613 e o lucro líquido combinado *carve-out* do exercício seria aumentado em R$ 5.131.

Conforme divulgado na nota explicativa 34.a, em junho de 2018 o Grupo Vamos, em conjunto com sua controladora JSL S.A., recomprou 9% das ações do Grupo Vamos.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de *royalties* estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (*WACC* de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

(ii) Custo aquisição

O Grupo Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

1.4 Situação financeira e planos da Administração

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo Vamos conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme os prazos divulgados na nota explicativa 5.3.c.

O Grupo Vamos reconheceu um lucro líquido de R$ 92.584 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 77.875 em 31 de dezembro de 2017) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 16.015 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 23.644 em 31 de dezembro de 2016) devido a decisão dos acionistas e da Administração do Grupo de investir em suas operações com locação de caminhões, máquinas e equipamentos, principalmente na ampliação e renovação da frota operacional. A característica de uma operação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é a geração de caixa por meio de locação de bens do ativo imobilizado, com baixo investimento em capital de giro, consequentemente no ativo circulante.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo Vamos terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

2.3 Base de combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2, as demonstrações financeiras estão apresentadas como se a combinação de negócios sob controle comum tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2016 para refletir o lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Todas as práticas contábeis de combinação de demonstrações financeiras foram aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, à eliminação das transações entre as entidades combinadas.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Vamos obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

d) Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo Vamos atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo Vamos e, também, a moeda funcional das demais entidades combinadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros não derivativos

a) Classificação e reconhecimento inicial

O Grupo Vamos classifica seus ativos financeiros, em uma das seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo Vamos determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo Vamos reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Grupo Vamos se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Para ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ativos financeiros do Grupo Vamos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas, fundos para capitalização de concessionárias e outros créditos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo Vamos designou parte dos títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando o Grupo Vamos não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, o Grupo Vamos pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A apuração do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas na demonstração de resultado de acordo com sua respectiva natureza. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

O Grupo Vamos designou nessa categoria as contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

- Quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.5.2. Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo Vamos avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo Vamos concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.3. Passivos financeiros não derivativos

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros. O Grupo Vamos determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros do Grupo Vamos incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar, *floor plan* e débitos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original, e reconhecido um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, veja nota explicativa 2.18.2.

Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo Vamos renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo Vamos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017e 2016 estão demonstrados na nota explicativa 14.

O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das taxas de depreciação.

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Grupo Vamos como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem ao Grupo Vamos basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pelo Grupo Vamos.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Grupo Vamos como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11 Intangível

2.11.1 Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios do Grupo Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.11.2 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas na nota explicativa 15.

2.11.3. Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, implementos agrícolas e máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (*impairment*), conforme descrito na nota explicativa 14.1.

2.11.4. Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 15.

2.11.5. Marcas e patentes

As marcas, quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (*impairment*).

2.11.6. Amortização e testes de perda de valor recuperável (*impairment*)

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 15.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 15.2.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os

montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, o Grupo Vamos faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como o Grupo Vamos incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido é registrado nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* na data da aquisição.

2.13. Provisões

2.13.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Vamos tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo Vamos espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as

jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Vamos e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. O Grupo Vamos avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Receita de vendas de veículos e peças

A receita operacional de venda de veículos e peças é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios pode ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorre quando a mercadoria é entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo Vamos após assinatura no *checklist* de entrega.

b) Receita de locação e prestação de serviços

A receita operacional decorrente da locação de caminhões, máquinas e equipamentos é reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

c) Receita de venda de ativos desmobilizados

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é

reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2. Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.18. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, o Grupo Vamos utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.18.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Combinação e *carve-out*: determinação de quais as empresas e atividades que representam a totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária – nota explicativa 1.2;
b) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 20;
c) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 31.

2.18.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 14;
b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 15.2;
c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (principais premissas em relação aos valores recuperáveis – nota explicativa 8;
d) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) – nota explicativa 23;
e) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 24.2.

3. Novas normas que ainda não estão em vigor

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017.

3.1. CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A norma CPC 48 / IFRS 9 substituirá a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma vigente CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- Ativos financeiros: A principal alteração introduzida na CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros é que o critério de classificação dos ativos financeiros deixou de utilizar o conceito da intenção da Administração individualmente sobre cada ativo financeiro, passando a classificar os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio e o gerenciamento do seu portfólio, bem como a análise das características dos fluxos de caixa contratuais ("SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros"). Esses fatores determinam se os ativos financeiros são mensurados ao (i) custo amortizado, (ii) valor justo através do resultado (VJR) ou (iii) valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). A nova normativa também estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo através do resultado sob certas condições;

- Passivos financeiros: A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada e continuam sendo mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo no reconhecimento inicial, o Grupo Vamos reconhecerá a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável;

- Redução ao valor recuperável (*impairment*): O CPC 48 / IFRS 9 exige que a administração do Grupo Vamos realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas esperadas de seu valor. O Grupo Vamos aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, o Grupo entende que a provisão para perdas em créditos (provisão por redução do valor recuperável de contas a receber) poderá aumentar, gerando um respectivo aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos ativo.

Na tabela abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da alocação em 1º de janeiro de 2018:

	31 de dezembro de 2017 CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor Justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	79.698	3.613	83.311
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420	87.042	4.378	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	8.084	8.084
Total	**166.740**	**4.378**	**206.598**	**377.716**	**166.740**	**210.976**	**377.716**

	Empréstimos e recebíveis	Total	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Fornecedores	103.764	103.764	103.764	103.764
Floor plan	38.333	38.333	38.333	38.333
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	798.775	798.775	798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.204	29.204	29.204
Partes relacionadas	43	43	43	43
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	103.147	103.147
Outras contas a pagar	422	422	422	422
Total	**1.106.762**	**1.106.762**	**1.106.762**	**1.106.762**

Transição

O Grupo Vamos irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da CPC 48 / IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: a determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido e a designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado.

3.2. CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

O Grupo Vamos adotará o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A adoção deste pronunciamento resultará nas seguintes principais mudanças das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	O Grupo possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes. Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta. Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

3.3. CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil tem como objetivo unificar o modelo de contabilização de arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

a) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e

b) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem efeito retrospectivo.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo Vamos tiver em aberto conforme mencionado na nota explicativa 31 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo Vamos ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

3.4. Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

O efeito calculado da adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente e da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

	Divulgado 31/12/2017	Ajuste calculado CPC 48 / IFRS 9	Valor esperado em 01/01/2018
Ativos			
Contas a receber	213.328	-	213.328
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(59.248)	(4.081)	(63.329)
Despesas antecipadas	3.878	-	3.878
Outros Ativos circulantes	327.762	-	327.762
Total dos ativos circulantes	**485.720**	**(4.081)**	**481.639**
Contas a receber	20.886	-	20.886
Outros ativos não circulantes	1.472.597	-	1.472.597
Total dos ativos não circulantes	**1.493.483**	**-**	**1.493.483**
Total dos ativos	**1.979.203**	**(4.081)**	**1.975.122**
Passivo			
Outros passivos circulantes	501.735	-	501.735
Total do passivo circulante	**501.735**	**-**	**501.735**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	663.811	-	663.811
Total do passivo não circulante	**768.148**	**(1.387)**	**766.761**
Patrimônio líquido			
Capital social	499.864	-	499.864
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.920	(2.694)	102.135
Investimento da controlada	80.988	-	80.988
Total do patrimônio líquido	**709.320**	**(2.694)**	**706.626**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.979.203**	**(4.081)**	**1.975.122**

Na adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente não é esperado impactos significativos sobre o balanço patrimonial e resultado do Grupo Vamos.

3.5. Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras e/ou informações contábeis consolidadas do Grupo Vamos quando de sua adoção inicial:

- Ciclo de melhorias anuais para IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à 28;
- Alterações ao CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 / IAS 28 - Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento;
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Imposto de Renda.

O Grupo Vamos pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo Vamos.

4. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em dois segmentos operacionais: Concessionárias de Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

			31 de dezembro de 2017	
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Eliminações**	**Combinado, e *carve-out***
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**231.211**	**444.525**	**(980)**	**674.756**
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(179.826)	(148.268)	980	(327.114)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(639)	(67.264)	-	(67.903)
(=) Lucro bruto	**50.746**	**228.993**	**-**	**279.739**
Despesas comerciais	(12.886)	(3.065)	-	(15.951)
Despesas administrativas	(48.028)	(17.113)	-	(65.141)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	-	(25.470)	-	(25.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.266	507	-	7.773
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(2.902)**	**183.852**	**-**	**180.950**
Receitas financeiras				12.032
Despesas financeiras				(57.253)
(=) Resultado financeiro liquido				**(45.221)**
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				**135.729**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(43.145)
Lucro líquido do exercício				**92.584**
Ativos totais por segmento	**484.766**	**1.843.170**	**(348.733)**	**1.979.203**
Passivos totais por segmento	**281.456**	**1.012.408**	**(23.981)**	**1.269.883**
Depreciação e amortização	**(2.488)**	**(121.555)**	**-**	**(124.043)**

	31 de dezembro de 2016			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Eliminações**	**Combinado e *carve-out***
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**211.067**	**417.913**	-	**628.980**
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(160.860)	(175.183)	-	(336.043)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(2.666)	(44.952)	-	(47.618)
(=) Lucro bruto	**47.541**	**197.778**	**-**	**245.319**
Despesas comerciais	(14.040)	(1.086)	-	(15.126)
Despesas administrativas	(54.322)	(21.762)	-	(76.084)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.527	(3.600)	-	1.927
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(15.294)**	**171.330**	**-**	**156.036**
Receitas financeiras				13.605
Despesas financeiras				(49.523)
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social				**120.118**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(42.243)
Lucro líquido do exercício				**77.875**
Ativos totais por segmento	**260.616**	**1.026.037**	**(44)**	**1.286.609**
Passivos totais por segmento	**107.557**	**741.445**	**(44)**	**848.958**
Depreciação e amortização	**(11.731)**	**(104.708)**	**-**	**(116.439)**
Impairment do Ágio (nota 15.1)	**(9.143)**	**-**	**-**	**(9.143)**

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Vamos restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão classificados nas pelas seguintes categorias:

				31/12/2017			31/12/2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	33.763	457	34.220
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420	61.406	-	61.406
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	108.958	108.958
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	33.000	33.000
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	2.169	2.169
	166.740	**4.378**	**206.598**	**377.716**	**95.169**	**144.584**	**239.753**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	103.764	103.764	78.844	78.844
Floor plan	38.333	38.333	53.539	53.539
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	798.775	798.775	626.034	626.034
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.204	19.926	19.926
Partes relacionadas	43	43	3	3
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	-	-
Outras contas a pagar	422	422	973	973
	1.106.762	**1.106.762**	**779.319**	**779.319**

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, está demonstrada a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	83.311	83.311	34.220	34.220
Títulos e valores mobiliários	91.420	91.420	61.406	61.406
Contas a receber	174.966	174.966	108.958	108.958
Partes relacionadas	-	-	-	-
Fundos para capitalização de concessionárias	19.935	19.935	33.000	33.000
Outros créditos	8.084	8.084	2.169	2.169
Total	**377.716**	**377.716**	**239.753**	**239.753**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	103.764	103.764	78.844	78.844
Floor plan	38.333	38.333	53.539	53.539
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	798.775	804.063	626.034	607.959
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.206	19.926	20.020
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	-	-
Partes relacionadas	43	43	3	3
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	-	-
Outras contas a pagar	422	422	973	973
Total	**1.106.762**	**1.112.052**	**779.319**	**761.338**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como, Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Letras do Tesouro Nacional ("LTN");

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários ("CDB") e operações compromissadas; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo Vamos não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível1	**Nível2**	**Total**	**Nível1**	**Nível2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	37.890	37.890	-	24.054	24.054
Operações compromissadas	-	41.808	41.808	-	9.709	9.709
Títulos e valores mobiliários						
LFT-Letras Financeiras do Tesouro	33.207	-	33.207	42.894	-	42.894
LTN - Letras do Tesouro Nacional	53.835	-	53.835	18.512	-	18.512
	87.042	**79.698**	**166.740**	**61.406**	**33.763**	**95.169**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	798.775	798.775	-	626.034	626.034
Arrendamentos financeiros a pagar	-	29.204	29.204	-	19.926	19.926
	-	**827.979**	**827.979**	**-**	**645.960**	**645.960**

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,90	6,66	6,86	8,03	9,03	9,97	10,76

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2017.

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo Vamos, referem-se a fornecedores, *floor plan,* risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo Vamos possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo Vamos está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo Vamos. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo Vamos, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo Vamos não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

i. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado mensalmente pelo Grupo Vamos, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração.

O Grupo Vamos estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo Vamos apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo Vamos inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da Administração.

O Grupo Vamos limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de quatro meses para clientes individuais e corporativos.

O Grupo Vamos registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber e outros recebíveis', veja nota explicativa 8.1.

ii. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo Vamos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

O Grupo Vamos utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo Vamos busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado. Atualmente, o Grupo Vamos não identificou a necessidade de utilizar derivativos.

Os Instrumentos financeiros do Grupo Vamos afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisições de empresas estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo Vamos ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisições de empresas do Grupo Vamos, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 5.3.1.

c) Risco de liquidez

O Grupo Vamos monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo Vamos é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	103.764	103.764	99.439	4.325	-
Floor plan	38.333	38.333	38.333	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	798.775	909.634	267.990	231.369	410.275
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	36.025	18.186	9.889	7.950
Partes relacionadas	43	43	43	-	-
Cessão de direitos creditórios	30.214	40.077	8.015	16.031	16.031
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	111.306	57.889	14.293	39.124
Outras contas a pagar	422	422	422	-	-
Total	**1.106.762**	**1.242.464**	**493.177**	**275.907**	**473.380**

Sobre a capacidade do Grupo Vamos cumprir com seus compromissos veja nota explicativa 1.4.

5.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo Vamos efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP e dívidas atreladas à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,86%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo Vamos. Sobre o SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo Vamos é de manutenção da taxa de 7,00% em 31 de dezembro de 2017. Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2017 é de 7% a.a.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), para as taxas dos contratos pós-fixados.

Operação	Exposição em 31/12/2017	Riscos	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Demais operações - Pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	79.698	Aumento do CDI	6,91%	5.507	6.884	8.261
Títulos e valores mobiliários – LFT e outras aplicações	37.585	Aumento da SELIC	7,00%	2.631	3.289	3.946
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(103.147)	Aumento do CDI	6,86%	(7.076)	(8.845)	(10.614)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(283.201)	Aumento da TLP	9,92%	(28.094)	(35.117)	(42.140)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(90.614)	Aumento da SELIC	11,66%	(10.566)	(13.207)	(15.848)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pós-fixada	**(359.679)**			**(37.598)**	**(46.996)**	**(56.395)**
Demais operações - pré-fixada						
Títulos e valores mobiliários	53.835	Pré-fixado	7,00%	3.768	3.768	3.768
Empréstimos e financiamentos – Finame	(262.505)	Pré-fixado	5,04%	(13.230)	(13.230)	(13.230)
Empréstimos e financiamentos – CCB	(118.844)	Pré-fixado	10,58%	(12.574)	(12.574)	(12.574)
Empréstimos e financiamentos – CDC	(11.173)	Pré-fixado	11,77%	(1.315)	(1.315)	(1.315)
Empréstimos e financiamentos – Consórcios	(32.438)	Pré-fixado	14,95%	(4.849)	(4.849)	(4.849)
Risco sacado pagar – montadoras (nota 19)	(2.860)	Pré-fixado	4,89%	(140)	(140)	(140)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 20)	(29.204)	Pré-fixado	13,16%	(3.843)	(3.843)	(3.843)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pré-fixada	**(403.189)**			**(32.183)**	**(32.183)**	**(32.183)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(762.868)**			**(69.781)**	**(79.179)**	**(88.578)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	3.526	423
Caixa	87	34
Total disponibilidades	**3.613**	**457**
CDB - Certificado de depósitos bancários	37.890	24.054
Operações compromissadas	41.808	9.709
Total aplicações financeiras	**79.698**	**33.763**
Total do caixa e equivalentes de caixa	**83.311**	**34.220**

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantidas para o gerenciamento diário do caixa do Grupo Vamos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m., (em 31 de dezembro de 2016 o rendimento médio foi de 100,2% do CDI, equivalente a 1,12% a.m.).

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	33.207	42.894
LTN - Letras do Tesouro Nacional	53.835	18.512
Outras aplicações	4.378	-
	91.420	**61.406**
Ativo circulante	87.042	61.406
Ativo não circulante	4.378	-
Total	**91.420**	**61.406**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 0,80% a.m. (1,12% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

8. Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber de serviços e locações (i)	178.105	96.114
Valores a receber de venda de veículos e peças	15.152	16.215
Valores a receber - partes relacionadas	1.386	10.154
Arrendamento mercantil a receber (ii)	25.959	-
Receita a faturar (iii)	8.838	13.072
Valores a receber de cartões de crédito	764	664
Garantias a receber	4.153	4.570
Outras contas a receber	775	1.947
(-) Ajuste a valor presente (iv)	(918)	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (v)	(59.248)	(33.778)
Total	**174.966**	**108.958**
Ativo circulante	154.080	108.958
Ativo não circulante	20.886	-
Total	**174.966**	**108.958**

(i) Os valores das contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 360 dias são registrados ao seu valor presente na contabilização inicial de transação, de acordo com a taxa média utilizada pelo Grupo Vamos na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando auferidos;

(ii) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas Sociedades Borgato;

(iii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é efetuada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

(iv) Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registrou R$ 918 referente a ajuste a valor presente de seu contas a receber de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto a taxa de 100% do CDI;

(v) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.5.2.

8.1. Classificação por vencimento (*aging list*) e movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2017	31/12/2016
Total a vencer	**142.188**	**89.126**
Vencidos em até 30 dias	14.807	6.843
Vencidos de 31 a 90 dias	9.681	6.756
Vencidos de 91 a 180 dias	22.062	3.457
Vencidos de 181 a 365 dias	15.760	34.667
Vencidos acima de 365 dias	29.716	1.887
Total vencidos	**92.026**	**53.610**
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(59.248)	(33.778)
Total	**174.966**	**108.958**

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(13.667)**
(-) Adição	(20.784)
(+) Reversões	673
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(33.778)**
(-) Adição	(28.245)
(+) Reversões	2.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(59.248)**

9. Estoques

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Veículos novos	51.498	26.368
Peças para revenda (i)	27.064	13.086
Veículos usados	7.412	1.046
Outros	16	26
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(860)	(946)
Total	**85.130**	**39.580**

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(1.707)**
(-) Adições	(1.135)
(+) Reversões	1.896
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(946)**
(-) Adições	(1.033)
(+) Reversões	1.119
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(860)**

10. Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (i)	4.165	2.397
PIS e COFINS (ii)	1.728	-
ISS	1.705	224
IRRF	554	89
INSS (iii)	58	321
Outros impostos	13	32
Total	**8.223**	**3.063**

(i) Refere-se principalmente a créditos de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de compras veículos, máquinas e equipamentos para estoque, créditos de ICMS a recuperar sobre prestação de serviços, e créditos de ICMS a recuperar sobre notas de simples remessa emitidas para o retorno de veículos, peças e acessórios enviados para outras unidades ou para demonstração.

(ii) A conta inclui o saldo de tributos a compensar de PIS - programa de integração social e COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social nas aquisições dos bens para o ativo imobilizado.

(iii) Valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais, e créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Refere-se a imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a compensar de retenções, antecipações efetuadas durante o ano de 2017 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores que serão compensados por meio de PER/DCOMP.

12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**58.517**	**1.706**	**60.223**
Bens transferidos do imobilizado	40.181	32.949	73.130
Bens baixados por venda	(67.342)	(12.439)	(79.781)
Em 31 de dezembro de 2016	**31.356**	**22.216**	**53.572**
Bens transferidos do imobilizado	57.913	34.623	92.536
Adições por combinação de negócios	323	17.475	17.798
Bens baixados por venda	(70.909)	(23.929)	(94.838)
Em 31 de dezembro de 2017	**18.683**	**50.385**	**69.068**
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(20.930)**	**(671)**	**(21.601)**
Bens transferidos do imobilizado	(12.471)	(30.204)	(42.675)
Bens baixados por venda	21.522	10.641	32.163
Em 31 de dezembro de 2016	**(11.879)**	**(20.234)**	**(32.113)**
Bens transferidos do imobilizado	(7.012)	(21.559)	(28.571)
Bens baixados por venda	12.954	13.981	26.935
Em 31 de dezembro de 2017	**(5.937)**	**(27.812)**	**(33.749)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**19.477**	**1.982**	**21.459**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**12.746**	**22.573**	**35.319**

13. Fundos para capitalização de concessionárias

Os fundos para capitalização de concessionárias refere-se aos aportes efetuados pelas controladas do Grupo Vamos, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R$ 19.935 (R$ 33.000 em 31 de dezembro de 2016).

14. Imobilizado

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Veículos (i)	Máquinas e equipamentos (ii)	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**723.348**	**247.921**	**5.090**	**2.678**	**13.800**	**13.065**	**2.480**	**1.008.382**
Adições	279.606	3.320	10.336	245	-	8	720	294.235
Transferências	120	(120)	-	-	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(40.181)	(32.949)	-	-	-	-	-	(73.130)
Baixas (iii)	(1.585)	(880)	-	-	-	-	-	(2.465)
Em 31 de dezembro de 2016	**961.308**	**217.292**	**15.426**	**2.923**	**13.800**	**13.073**	**3.200**	**1.227.022**
Adições	153.712	92.145	695	69	-	360	2.342	249.323
Adições por combinação de negócios	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	4.664	284.435
Transferências para bens destinados a venda	(57.913)	(34.623)	-	-	-	-	-	(92.536)
Baixas (iii)	(2.014)	(1.407)	(1.103)	(140)	-	-	(3.304)	(7.968)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.200.672**	**399.371**	**16.478**	**4.033**	**15.917**	**16.903**	**6.902**	**1.660.276**
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(145.359)**	**(93.854)**	**(1.516)**	**(1.132)**	**-**	**(1.195)**	**(985)**	**(244.041)**
Despesa de depreciação no exercício	(83.789)	(30.796)	(699)	(274)	-	(543)	(313)	(116.414)
Transferências para bens destinados a venda	12.471	30.204	-	-	-	-	-	42.675
Baixas (iii)	182	742	-	2	-	1	30	957
Em 31 de dezembro de 2016	**(216.495)**	**(93.704)**	**(2.215)**	**(1.404)**	**-**	**(1.737)**	**(1.268)**	**(316.823)**
Despesa de depreciação no exercício	(86.710)	(35.403)	(657)	(284)	-	(684)	(240)	(123.978)
Transferências	(39)	(733)	50	-	-	(8)	730	-
Transferência para bens destinados a venda	7.012	21.559	-	-	-	-		28.571
Baixas (iii)	367	1.377	-	109	-	-	480	2.333
Em 31 de dezembro de 2017	**(295.865)**	**(106.904)**	**(2.822)**	**(1.579)**	**-**	**(2.429)**	**(298)**	**(409.897)**
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	744.813	123.588	13.211	1.519	13.800	11.336	1.932	910.199
Saldo em 31 de dezembro de 2017	904.807	292.467	13.656	2.454	15.917	14.474	6.604	1.250.379
Vida útil (anos) - no exercício:								
2016								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	
2017								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) para uso nas operações;
(ii) Máquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e
(iii) Do total liquido de baixas, o montante de R$ 1.047 refere-se a baixa por sinistros (R$ 339 em 31 de dezembro de 2016).

14.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo Vamos por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2016	13.209	4.664	17.873
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.613	1.721	19.334
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2016	14.475	5.228	19.703
Saldo em 31 de dezembro 2017	21.959	7.245	29.204

15. Intangível

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Softwares	Fundo de comércio (i)	Ágio (15.1) (ii)	Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)	Outros	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**270**	**30.938**	**13.061**	**7.204**	**16**	**51.489**
Adições	23	-	-	-	-	23
Baixas	-	(124)	-	-	-	(124)
Baixa por *impairment*	-	-	(9.143)	-	-	(9.143)
Em 31 de dezembro de 2016	**293**	**30.814**	**3.918**	**7.204**	**16**	**42.245**
Adições por combinação de negócios	-	10.800	82.959	28.200	4.300	126.259
Adições	52	-	-	-	50	102
Em 31 de dezembro de 2017	**345**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.366**	**168.606**
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9)**
Despesas de amortização do exercício	(25)	-	-	-	-	(25)
Em 31 de dezembro de 2016	**(34)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(34)**
Despesas de amortização no exercício	(65)	-	-	-	-	(65)
Em 31 de dezembro de 2017	**(99)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(99)**
	.					
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**259**	**30.814**	**3.918**	**7.204**	**16**	**42.211**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**246**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.366**	**168.507**
Vida útil (anos) no exercício						
2016	**10 a 20**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
2017	**10 a 20**	**-**	**-**	**5**	**-**	**-**

(i) Fundo de comércio refere-se aos diretos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe, no valor total de R$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem e de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R$ 10.800. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto como as unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio no valor de R$ 3.918 e das Sociedades Borgato no valor de R$ 82.959;

(iii) O valor de R$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o saldo remanescente de R$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

15.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionária de caminhões, máquinas e equipamentos, e também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de segmento operacional:

	31/12/2017			31/12/2016
Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	**Custo original**	***Impairment***	**Saldo**	**Saldo**
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos (i)	82.959	-	82.959	-
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio (ii)	13.061	(9.143)	3.918	3.918
Total	**96.020**	**(9.143)**	**86.877**	**3.918**

(i) Conforme nota explicativa 1.3.c, o ágio refere-se a aquisição das Sociedades Borgato. Considerando que a aquisição ocorreu em 22 de dezembro de 2017, a Administração entende que não houve nenhum indicativo de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio na data base de 31 de dezembro de 2017;

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a empresa Transrio realizou o teste anual de *impairment*, baseado no cálculo do valor em uso e contabilizou ajuste no montante de R$ 9.143.

15.2 Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2017 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
Taxas de desconto (*WACC*)	8,92%
Taxas de crescimento na perpetuidade	2,56%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	5,92%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;

- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2018 a dezembro de 2022;

- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;

- O valor residual após dezembro de 2022 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 4,0% (inflação) e 2,56% (PIB);

- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

  No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

  Os valores recuperáveis estimados para a UGC Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R$ 32.212. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil

Em pontos percentuais (%)	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
Taxa de desconto (*WACC*)	1,54

16. Fornecedores

	31/12/2017	**31/12/2016**
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	12.212	2.560
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	40.907	5.375
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação - partes relacionadas (nota 21.1)	38.706	67.497
Montadoras de veículos	1.786	2.065
Outros	11.215	1.347
(-) Ajuste a valor presente (i)	(1.062)	-
Total	**103.764**	**78.844**
Passivo circulante	99.439	78.844
Passivo não circulante	4.325	-
Total	**103.764**	**78.844**

(i) Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos registrou R$ 1.062 referente a ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 100% do CDI mais juros de até 0,5% a.m.

17. Floor plan

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "*Floor plan*", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 38.333 (R$ 53.539 em 31 de dezembro de 2016).

18. Risco sacado a pagar – montadoras

Modalidade	Taxa média (%)	Prazo de alongamento	Vencimento	31/12/2017	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	10 meses	jul/18	2.860	3.027	(294)	127	-

O Grupo Vamos firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto são os seguintes:

				31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócios**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	76.764	185.741	262.505	67.925	-	(57.884)	(20.288)	19.828	53.254	199.670	252.924
Finame (i)	9,92%	TLP+ 2,92%	jul/23	82.816	200.385	283.201	86.529	87.212	(119.936)	(27.207)	23.670	49.045	183.888	232.933
Finame (i)	11,66%	SELIC+ 4,66%	jul/22	26.498	64.116	90.614	-	25.526	(23.463)	(5.564)	3.368	19.107	71.640	90.747
CCB (ii)	10,58%	Pré-fixado	mai/22	28.864	89.980	118.844	88.138	11.045	(5.848)	(4.822)	4.811	1.562	23.958	25.520
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	jan/25	3.026	8.147	11.173	17.919	9.833	(40.880)	(2.560)	2.951	4.863	19.047	23.910
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-
				227.043	**571.732**	**798.775**	**292.949**	**133.616**	**(248.011)**	**(60.441)**	**54.628**	**127.831**	**498.203**	**626.034**

				31/12/2016			Movimentação				31/12/2015 (Não auditado)		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%) (i)**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos (a)**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional													
Finame (i)	5,74%	Pré-fixado	jan/25	53.254	199.670	252.924	-	(22.002)	(10.938)	11.882	60.542	213.440	273.982
Finame (i)	9,50%	TLP	dez/21	49.045	183.888	232.933	86.687	(34.315)	(17.212)	14.935	40.402	142.436	182.838
Finame (i)	10,12%	SELIC	dez/21	19.107	71.640	90.747	46.527	(1.290)	(7.452)	7.046	10.146	35.770	45.916
CCB (ii)	14,20%	Pré-fixada	ago/25	1.562	23.958	25.520	-	(6.302)	(5.433)	9.505	5.420	22.330	27.750
CDC (iii)	16,77%	Pré-fixada	jan/21	4.863	19.047	23.910	23.448	(2.513)	(1.287)	4.262	-	-	-
				127.831	**498.203**	**626.034**	**156.662**	**(66.422)**	**(42.322)**	**47.630**	**116.510**	**413.976**	**530.486**

(a) Do saldo total de novos contratos em 31 de dezembro de 2016, R$ 405 refere-se a incorporação da JP Tecnolimp.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes características:

i. **Finame** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela "Taxa de Juros de Longo Prazo – TLP" mais *spread* médio de 2,92% a.a., outra parte é remunerada pela SELIC mais *spread* médio de 4,66% em 2017 e em 2016, e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 5,04% a.a. (5,74% em 31 de dezembro de 2016). Está composto de vários contratos com vencimentos variados até janeiro de 2025. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota;

ii. **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por vários contratos, os quais são remunerados a taxas de juros pré-fixadas em média de 10,58% a.a. (14,20% em 31 de dezembro de 2016). Em outubro de 2016 as Sociedades Borgato contrataram cédulas de créditos bancários no valor total de R$ 34.000 remuneradas com juros médios anuais calculadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais *spread* médio de 5,5% a.a., o valor dessa operação foi quitado em janeiro de 2018;

iii. **CDC** refere-se a captações utilizada para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Essas operações possuem remuneração média de 11,77% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (16,77% em 31 de dezembro de 2016), com vencimento até janeiro de 2025;

iv. **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais possuem taxa de administração de 11,95% e 3% de fundo de reserva. Estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos variados até dezembro de 2024.

19.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2017
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Passivo circulante	2018	**227.043**	**28,4**
	2019	181.455	22,7
	2020	151.575	19,0
	2021	110.870	13,9
	2022	73.575	9,2
	2023	38.162	4,8
	2024	13.305	1,7
	2025 em diante	2.790	0,3
Passivo não circulante		**571.732**	**71,6**
Total		**798.775**	**100,0**

19.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

O Grupo Vamos possui operações de Finame, CCB e Consórcios garantidas pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados. Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possuía R$ 783.377, R$ 12.763 e R$ 48.450 em bens dados em garantias de seus contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente (R$ 625.566 e R$ 5.599 em 31 de dezembro de 2016, para os contratos de Finame e CCB, respectivamente).

Para a operação de CCB descrita na nota explicativa 19 ii as Sociedades Borgato devem manter durante a vigência do contrato os seguintes índices (*covenants*) calculados sobre as demonstrações financeiras combinadas das Sociedades Borgato:

- ✓ Dívida Líquida / EBITDA: até 1,80;
- ✓ Liquidez Corrente: igual ou maior 0,90;
- ✓ Dívida Nominal Bruta: R$ 175.000 em 2017 e R$ 170.000 a partir de 2018.

Dívida Líquida para fins de *covenants*: significa o somatório de todas as dívidas financeiras, incluindo operações de *leasing*, contratos bancários, fianças, avais, descontos de recebíveis, empréstimos e financiamentos com terceiros, mútuos e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, incluindo debêntures e notas promissórias, bem como securitização de direitos creditórios / recebíveis, arrendamento mercantil financeiro e o diferencial a pagar por operações com derivativos, líquido de todo e qualquer montante disponível em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata e o diferencial a receber por operações com derivativos.

EBITDA para fins de *covenants*: significa o lucro/prejuízo do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, despesa financeira líquida, depreciação e amortização.

Liquidez Corrente para fins de *covenants*: calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Dívida Nominal Bruta para fins de *covenants*: significa o somatório de todas as dívidas financeiras, incluindo operações de *leasing*, contratos bancários, fianças, avais, descontos de recebíveis, empréstimos e financiamentos com terceiros, mútuos e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, incluindo debêntures e notas promissórias, bem como securitização de direitos creditórios / recebíveis, arrendamento mercantil financeiro e o diferencial a pagar por operações com derivativos.

Após oficializada a opção de compra das Sociedades Borgato pelo Grupo Vamos, foi obtido em 15 de dezembro de 2017 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A um *"waiver"* anulando os *covenants* que eram calculados sobre as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Borgato, pois as empresas Borgato Máquinas S.A, Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A não constituíam mais o Grupo Borgato.

Os empréstimos de capital de giro (CDC) não possuem garantias e cláusulas restritivas.

20. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo Vamos que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

			31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Encargos**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócios**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro *Leasing*	13,16%	nov/22	14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926
			14.337	**14.867**	**29.204**	**9.282**	**7.990**	**(9.787)**	**(600)**	**2.393**	**7.469**	**12.457**	**19.926**

			31/12/2016			Movimentação				31/12/2015 (Não auditado)		
Modalidade	**Encargos**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional												
Arrendamento financeiro *Leasing*	15,80%	jun/20	6.842	10.888	17.730	19.446	(1.897)	(454)	635	-	-	-
Arrendamento financeiro *Leasing*	13,80%	jan/18	627	1.569	2.196	817	(14.160)	(484)	145	4.303	11.575	15.878
			7.469	**12.457**	**19.926**	**20.263**	**(16.057)**	**(938)**	**780**	**4.303**	**11.575**	**15.878**

20.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2017
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Passivo circulante	2018	14.337	49,1
	2019	7.807	26,7
	2020	6.706	23,0
	2021	224	0,8
	2022	130	0,4
Passivo não circulante		14.867	50,9
Total		**29.204**	**100,0**

20.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

Conforme demonstrado na nota explicativa 14.1, o Grupo possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

Nos contratos não constam cláusulas restritivas e nem cláusulas que exijam liquidação antecipada.

21. Transações com partes relacionadas

21.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Outros Créditos	
Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A.	57	9.186	-	-
CS Brasil	322	455	-	-
Movida GTF	1.005	360	-	-
JSL Concessionárias	-	153	-	-
Ponto veículos	2	-	8	-
Família Borgato	-	-	6	-
Total	**1.386**	**10.154**	**14**	**-**

	Partes relacionadas		Fornecedores (nota 16)		Outras contas a pagar		Obrigações a pagar por aquisição de empresa (nota 22)		Dividendos a pagar (nota 26.3.a)	
Passivo	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A. (nota 21.2.2)	-	-	35.231	64.247	-	-	-	-	15.700	-
JSL Concessionárias	-	-	-	3.179	-	-	-	-	-	-
Movida Locação	-	3	179	-	-	-	-	-	-	-
Movida GTF	41	-	42	11	-	-	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	97	59	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	3.155	1	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	213	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	-	-	103.147	-	2.746	-
Total	**43**	**3**	**38.706**	**67.497**	**-**	**213**	**103.147**	**-**	**18.446**	**-**

21.2 Transações com a controladora

21.2.1 Ativo

Contas a receber

(i) Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possuía valor a receber da controladora no montante de R$ 57 (R$ 9.186 em 31 de dezembro de 2016) referente prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos.

21.2.2 Passivo

Fornecedores

(ii) Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possuía valor a pagar a controladora no montante de R$ 35.231 (R$ 64.247 em 31 de dezembro de 2016), sendo que parte deste montante refere-se à compra de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota.

21.3 Outras transações com partes relacionadas

Ativo	**Relação**	**Especificação**
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida GTF	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Concessionárias	Partes relacionadas	Venda de veículos
Ponto Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas
Família Borgato	Partes relacionadas	Reembolso de despesas

Passivo	**Relação**	**Especificação**
JSL Concessionárias	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Movida GTF	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Original Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Compra de veículos / Reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Compra de veículos / Reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Partes relacionadas	Locação de imóveis
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição das Sociedades Borgato / Dividendos

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos (“CSA” - nota explicativa 21.4) que são remuneradas ao preço de custo.

21.4 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, compras, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações do Grupo Vamos com suas partes relacionadas:

	Serviços prestados		Serviços tomados	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
			(Reapresentado)	**(Reapresentado)**
JSL S.A.	16.521	36.763	(27.160)	(40.544)
Transações eliminadas no resultado				
Vamos	638	-	(342)	-
Transrio	342	-	(638)	-
	980	**-**	**(980)**	**-**
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	16.424	3.844	-	(20)
Quick Logística	478	-	(91)	(129)
Movida GTF	11.267	2.761	(2.635)	(10.569)
Movida Locação	-	-	(24)	(6)
Avante Veículos	-	-	(3)	(35)
Original Veículos	4	-	(49)	(662)
Ponto Veículos	-	-	(5)	(93)
JSL Leasing	102		(102)	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	(2.990)	(2.636)
Outros (i)	-	-	(336)	-
	28.275	**6.605**	**(6.235)**	**(14.150)**
Total	**45.776**	**43.368**	**(34.375)**	**(54.694)**

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritório de advocacia onde um membro do Conselho de Administração da JSL S.A. é sócio.

	Venda ativos		Compra ativos	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A.	3.548	12.508	-	-
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	-	63	-	(3.615)
Movida GTF	1.594	295	(1.594)	(63)
	1.594	**358**	**(1.594)**	**(3.678)**
Total	**5.142**	**12.866**	**(1.594)**	**(3.678)**

	Receita financeira		Despesa financeira	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A.	-	-	(472)	-
Total	**-**	**-**	**(472)**	**-**

21.5 Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo Vamos é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2017	**31/12/2016**
Remuneração fixa	(1.923)	(440)
Remuneração variável	(388)	(108)
Benefícios	(19)	(11)
Remuneração baseada em ações (nota 26.2.a)	(679)	(186)
Total	**(3.009)**	**(745)**

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

21.6 Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL rateia, conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo Vamos relativo à estes gastos foi de R$ 6.213 (31 de dezembro de 2016 – R$ 941). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante nos montantes de R$ 57.314 e R$ 45.833, respectivamente, totalizando R$ 103.147 em 31 de dezembro de 2017. Tais obrigações referem-se (i) ao valor a pagar em parcelas no montante de R$ 83.147 aos antigos sócios das Sociedades Borgato e (ii) a contraprestação contingente no montante de R$ 20.000, conforme nota explicativa 1.3.c. Veja a divulgação da transação entre partes relacionadas na nota explicativa 21.1.

23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

23.1 Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	9.191	7.675
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.009	382
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.522	8.959
Outras provisões	46	1.637
Provisão para ajuste a valor presente	363	-
Imobilização leasing financeiro	-	1.189
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	293	322
Total créditos fiscais brutos	**35.424**	**20.164**
Débitos fiscais		
Outras provisões	-	(3.790)
Diferença entre a depreciação econômica e a taxa fiscal	(103.906)	(19.945)
Imobilização leasing financeiro	(11.313)	(10.149)
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do ágio	(589)	(589)
Total débitos fiscais brutos	**(115.808)**	**(34.473)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(80.384)**	**(14.309)**
Tributos diferidos passivos	(104.337)	(30.676)
Tributos diferidos ativos	23.953	16.367
Total débitos fiscais, líquidos	**(80.384)**	**(14.309)**

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**13.012**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(18.685)
IR / CS diferidos reconhecidos provenientes da cisão da Movida GTF - nota 1.3.b	(8.636)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(14.309)**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(21.954)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias das Sociedades Borgato	(43.141)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(80.384)**

23.1.1 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2017 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2017	31/12/2016
Borgato Serviços (i)	2.188	-
Vamos	-	200
Transrio (ii)	7.003	7.475
Total	**9.191**	**7.675**

(i) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014, para o Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou um imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 10.096, o qual o Grupo Vamos espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término do incentivo fiscal da depreciação acelerada;

(ii) Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na Transrio, foram acumulados até o ano de 2015 e a partir de 2016 passaram a ser compensados com os lucros tributáveis apurados.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Borgato Caminhões possui em 31 de dezembro de 2017 saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 18.773, cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir a presenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

					2017
Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**Acima de 4 anos**	**Total**
3.051	5.871	269	-	-	**9.191**

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSSL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	135.729	120.118
Alíquota nominais	34,0%	34,0%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(46.148)**	**(40.840)**
(Adições) exclusões permanentes		
Incentivos fiscais – PAT	58	-
Juros sobre capital próprio	4.333	-
Despesas indedutíveis	(733)	(813)
Outras adições	(655)	(590)
IRPJ e CSLL apurados	**(43.145)**	**(42.243)**
Corrente	(21.191)	(23.558)
Diferido	(21.954)	(18.685)
IRPJ e CSLL no resultado	**(43.145)**	**(42.243)**
Alíquota efetiva	31,8%	35,2%

As declarações de imposto de renda do Grupo Vamos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

24.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	3.089	1.761
Tributários	109	109
Total	**3.198**	**1.870**

24.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo Vamos classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo Vamos, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo Vamos acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	2.050	702
Cíveis	833	570
Total	**2.883**	**1.272**

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**606**
(+) Adições por incorporação JP Tecnolimp	23
(+) Adições	643
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.272**
(+) Adições por combinação de negócios	501
(+) Adições	2.500
(-) Reversões	(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.883**

Trabalhistas

Os processos trabalhistas são compostos principalmente por ações solicitando indenizações e outros pedidos diversos contra empresas do Grupo Vamos.

Cíveis

Referem-se, principalmente a processos relacionados a pedidos indenizatórios por motivos diversos contra as empresas do Grupo Vamos, assim como ações anulatórias e contratuais.

24.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo Vamos é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas (i)	712	724
Cíveis (ii)	7.102	1.672
Tributárias (iii)	333	515
Total	**8.147**	**2.911**

(i) As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores do Grupo;

(ii) As demandas cíveis estão relacionadas substancialmente a pedidos indenizatórios por perdas e danos, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais efetuadas por clientes contra a controlada Transrio que atua no segmento denominado "concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos";

(iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos contra Grupo Vamos em questionamento de autos de infração emitidos em processo de fiscalização, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de determinados tributos.

25. Cessão de direitos creditórios

Durante o exercício de 2017 o Grupo Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos os bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. O Grupo Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pelo Grupo Vamos foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2017 são:

	31/12/2017
Venda de direitos creditórios	40.077
Juros a apropriar	(9.863)
Total	**30.214**
Total circulante	6.043
Total não circulante	24.171
Total	**30.214**

26. Patrimônio líquido e investimento da controladora

26.1 Capital social

O capital social do Grupo Vamos, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 504.371 divididos em 354.860 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R$ 303.669 em 31 de dezembro de 2016 divididos em 303.669 mil quotas).

A Vamos está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

As movimentações do capital social estão abaixo demonstradas:

	Transrio	Vamos Individual	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**103.038**	**2**	**103.040**
Aumento de capital via AFAC (i)	78.847	-	**78.847**
Aumento de capital via Incorporação JP Tecnolimp (ii)	-	1.600	**1.600**
Aumento de capital via cisão Movida GTF (ii)	-	15.330	**15.330**
Aumento de capital com bens (iii)	-	104.852	**104.852**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181.885**	**121.784**	**303.669**
Aumento de capital via integralização de AFAC (i)	-	7.460	**7.460**
Aumento de capital com transferência de investimentos (iv)	-	157.811	**157.811**
Transferência de investimentos da controladora (iv)	(181.885)	-	**(181.885)**
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (v)	-	15.976	**15.976**
Aumento de capital com emissão de novas ações (vi) e (vii)	-	201.340	**201.340**
Transferência de investimento – cisão JSL Holding (viii)	-	(4.507)	**(4.507)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**-**	**499.864**	**499.864**

(i) Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo Vamos possuía saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital social ("AFAC") de R$ 78.857, formado pela combinação dos respectivos saldos das empresas Transrio de R$ 78.847, e Vamos de R$ 10, cuja parcela da Transrio foi totalmente integralizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016;

Em 31 de dezembro de 2016 a Vamos possuía saldo de AFAC da JSL no valor de R$ 7.460 integralizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

(ii) Em 31 de agosto de 2016 o capital social da Vamos, foi aumentado através de incorporação da empresa JP Tecnolimp S.A. e a Cisão da Movida GTF, conforme nota explicativa 1.3.a e b;

(iii) Em 31 agosto de 2016 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante líquido de R$ 104.852, composto por: R$ 465.221 de ativos e R$ 360.369 de passivos;

(iv) Como as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas como se as combinações de negócios sob controle comum (nota explicativa 1.2) tivessem ocorrido desde 31 de dezembro de 2015, a reconciliação entre o patrimônio líquido combinado de 1º de janeiro de 2017 até 31 de outubro de 2017 está apresentada na linha de transferência de investimentos da controladora, sendo que os montantes envolvidos nesta transação referem-se à saída dos componentes do patrimônio líquido da Transrio, composto de R$ 181.885 de capital social e R$ 24.074 de lucros acumulados, totalizando R$ 157.811 o qual, no momento do investimento recebido, foi registrado como um aporte de capital;

(v) Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R$ 15.976 referente a rerratificações de ato societários;

(vi) Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional;

(vii) Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;

(viii) Conforme nota explicativa 34.d, em 31 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a cisão parcial da JSL Holding, com a redução do capital de R$ 82.879 referente ao acervo líquido do investimento da Vamos na JSL Holding. Assim, ainda como descrito na nota explicativa 1.2 e, para propósito de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, em 31 de dezembro de 2017 foi eliminado o valor de R$ 65.833 referente ao investimento da Vamos na JSL Holding e R$ 4.507 referente ao resultado do exercício de 2017 da JSL Holding.

26.2 Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo Vamos que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo Vamos de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e estabelecem: (i) os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "*Black & Scholes"* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamento baseado em ações" no patrimônio líquido é de R$ 800 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2016) e no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido R$ 679 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2016) na rubrica de "Despesas administrativas".

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de ações				
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Outorgas concedidas 2016	195.933	-	-	195.933	8,36
Posição em 31 de dezembro de 2016	**195.933**	**-**	**-**	**195.933**	**8,36**
Outorgas concedidas 2017	132.225	-	-	132.225	9,03
Posição em 31 de dezembro de 2017	**328.158**	**-**	**-**	**328.158**	**8,63**

b) Ágio na subscrição de ações

A reserva de capital no montante de R$ 22.774 proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R$ 88.139 mencionado na nota explicativa 26.1 (vi) e o valor de R$ 110.913 aportado de ações na data de aquisição das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3. c.

26.3 Reserva de lucros

a) Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

(i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e

(ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Juros sobre capital próprio	12.742	-	12.742
Distribuição de lucros	-	6.422	6.422
Aquisição Sociedades Borgato	-	1.193	1.193
IRRF	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 21.1)	**10.831**	**7.615**	**18.446**

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram constituídos R$ 4.035 como reserva legal.

27. Cobertura de seguros

O Grupo Vamos mantêm seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é coorporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A. Entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre o Grupo Vamos e a JSL S.A.

Serviços segurados	Vigência	JSL S.A. Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão	12/2016 a 05/2018	79.000
Danos elétricos	12/2016 a 05/2018	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	12/2016 a 05/2018	3.000
Quebra de vidros	12/2016 a 05/2018	10
Desmoronamento	12/2016 a 05/2018	60
Roubo ou furto qualificado	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos estacionários	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos móveis	12/2016 a 05/2018	570
Responsabilidade civil de operações	12/2016 a 05/2018	1.520
Lucros cessantes	12/2016 a 05/2018	600
Roubo de valores no interior do estabelecimento	12/2016 a 05/2018	30
Roubo de valores no trânsito	12/2016 a 05/2018	10
Perda ou pagamento de aluguel	12/2016 a 05/2018	900
Movimentação de carga	12/2016 a 05/2018	350
Total de cobertura		**88.050**

b) Frota

O Grupo Vamos contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de locação, arrendamento mercantil e prestação de serviços	454.720	432.490
Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	68.520	77.135
Receita de venda de veículos novos	156.697	123.200
Receita de venda de peças e acessórios	72.353	72.785
Receita de venda de veículos usados	9.760	18.462
Receita bruta	**762.050**	**724.072**
(-) Deduções da receita		
Impostos sob vendas	(66.491)	(52.636)
Devoluções	(20.056)	(41.647)
Descontos concedidos	(747)	(809)
Receita líquida total	**674.756**	**628.980**

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%).

29. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo Vamos são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de vendas de veículos novos	(114.651)	(89.305)
Custo de vendas de veículos usados	(6.241)	(15.195)
Custo e despesas com frota	(22.864)	(11.505)
Custo de vendas de ativos desmobilizados (nota 12)	(67.903)	(47.618)
Custo de venda de peças	(48.380)	(46.685)
Pessoal	(52.199)	(43.814)
Depreciação e amortização (nota 14 e 15)	(124.043)	(116.439)
Impairment do ágio (nota 15)	-	(9.143)
Peças, pneus e manutenções	(19.429)	(9.501)
Combustíveis e lubrificantes	(1.618)	(1.002)
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24)	(1.110)	(643)
Propaganda e publicidade	(396)	(205)
Serviços prestados por terceiros	(9.875)	(6.016)
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber (nota 8)	(25.470)	(20.111)
Indenizações judiciais	(27)	(79)
Energia elétrica	(780)	(731)
Comunicação	(610)	(590)
Viagens, refeições e estadias	(1.053)	(953)
Aluguéis de imóveis (nota 31.1)	(7.693)	(5.703)
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	(27.540)	(48.528)
Resultado na venda de veículos avariados (i)	436	225
Despesas tributárias	(762)	(2.986)
Recuperação de PIS e COFINS (ii)	23.146	10.357
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	2.489	-
Outras receitas (custo e despesas), líquidas	12.767	(6.774)
	(493.806)	**(472.944)**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(327.114)	(336.043)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(67.903)	(47.618)
Despesas comerciais	(15.951)	(15.126)
Despesas administrativas	(90.611)	(76.084)
Outras receitas operacionais	11.148	6.813
Outras despesas operacionais	(3.375)	(4.886)
	(493.806)	**(472.944)**

(i) Refere-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R$ 1.483 (R$ 564 em 31 de dezembro de 2016);

(ii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas;

(iii) É composto por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

30. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(54.628)	(47.630)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(2.393)	(780)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	(127)	-
Despesa total do serviço da dívida	**(57.148)**	**(48.410)**
Outras despesas financeiras	(105)	(1.113)
Despesa financeira total	**(57.253)**	**(49.523)**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	8.081	5.293
Receita de variação monetária	678	51
Outras receitas financeiras	228	569
Juros recebidos	3.045	7.692
Receita financeira total	**12.032**	**13.605**
Resultado financeiro líquido	**(45.221)**	**(35.918)**

31. Arrendamento operacional

31.1 Grupo Vamos como arrendatário

O Grupo Vamos possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R$ 7.693 (R$ 5.703 em 31 de dezembro de 2016). Os pagamentos mínimos futuros estão demonstrados no quadro abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	8.971	6.140	5.649	4.171	6.680	31.611

31.2 Grupo Vamos como arrendador

O Grupo Vamos possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Vamos	377.097	325.580	262.229	183.685	81.549	41.611	1.271.751

32. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	92.584	77.875
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	159.833.629	50.257.757
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	**0,57925**	**1,54951**

Média ponderada das ações ordinárias (i)

	31/12/2017	31/12/2016
Quotas existentes em 1º de janeiro	125.392.612	11.000
Efeito das quotas emitidas	-	50.246.757
Efeito das ações emitidas	34.441.017	-
Média ponderada de quotas em circulação	**-**	**50.257.757**
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	**159.833.629**	**-**

A Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

(i) Em 31 de outubro de 2017 a Companhia transformou o tipo societário de sociedade limitada em sociedade por ações, convertendo suas quotas sociais em ações, na mesma quantidade.

33. Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Grupo Vamos faz aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxos de caixa:		
Total de adições do imobilizado	249.323	294.235
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(120.728)	(153.477)
Incorporação do imobilizado de empresa adquirida JP Tecnolimp (nota 1.3.a)	-	(354)
Variação do saldo de risco sacado a pagar - montadoras	(3.027)	-
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(19.418)	4.625
	106.150	**145.029**
Demonstrações dos fluxos de caixa		
Imobilizado operacional para locação	102.684	133.720
Imobilizado para investimento	3.466	11.309
Total	**106.150**	**145.029**

Conforme nota explicativa 1.3.c, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116	-
(-) Reserva de contingências	(20.000)	-
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)	-
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)	-
Caixa desembolsado pela controladora	**10.056**	-
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	34.953	-
Caixa efetivo assumido na operação	**24.897**	-

34. Eventos subsequentes

a) Recompra de ações do Grupo Vamos

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida GTF, no valor de R$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios das Sociedades Borgato, contabilizado na rubrica partes relacionadas, e R$ 68.126 (R$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica obrigações a pagar por aquisição de empresas.

Ainda como parte da negociação, foram pagas as obrigações por aquisições de empresas no valor de R$ 103.622 (R$ 103.147 a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

b) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R$ 181.885 para R$ 115.921.

c) Encerramento de contrato de concessão

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões S.A. (“Borgato Caminhões”) deixou de ser concessionária autorizada da marca DAF. Até a referida data a Borgato Caminhões atendeu a concessão através de estabelecimentos nas cidades de Ribeirão Preto, Sumaré e São José do Rio Preto, que passaram a ser agências de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

d) Cisão JSL Holding

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R$ 565.696 passa a ser de R$ 482.817. As operações da JSL Holding eram geridas pela Controladora e foram transferidas para a JSLF1 participações Ltda. (controlada direta pela JSL).

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

e) Emissão de debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R$ 250.000, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos.

f) Distribuição de dividendos (reapresentado)

Em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a dedução das reservas de lucros, no montante de R$ 107.290, atribuídos a esse montante, juros sobre o capital próprio, declarados no mesmo ano no valor de R$ 20.000. Também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 89.832 das reservas de lucros.

* * * * *